

POLÍTICA

politica@jj.com.br

► CONFIANÇA X CARREIRA

O artigo 37, inciso 5º da Constituição, estabelece preferência pelo uso de servidor de carreira para cargos de direção, chefia e assessoramento

Comissionado não deve ser regra: reforma abre espaço para concurso

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

As administrações do Aglomerado Urbano de Jundiá (AUJ) não fixaram o número de cargos comissionados que serão cortados por conta da reforma administrativa. Jundiá anunciou ao JJ Regional o corte de 125 das 451 vagas usadas na gestão anterior. Especialista em direito constitucional ressalta a necessidade de alçar servidores de carreira para cargos de direção, chefia e assessoramento. E, somente em casos de exceção, buscar os cargos comissionados externos, já que a lida em determinados departamentos públicos é totalmente diferente em relação ao cenário privado. Com a reforma, existe a expectativa de que sejam abertos concursos para preenchimento de vagas no futuro.

Jundiá está adiantada na questão da reforma administrativa. O texto será encaminhado nos próximos dias à Câmara Municipal. Dos 451 cargos comissionados disponíveis, a gestão do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) eliminará 125. Dos restantes, a administração já nomeou perto de 100, sendo que uma parte deles é formada por servidores de carreira, destinados para funções de chefia, direção e assessoria. Esse percentual deve ocupar até mais de 30% do total de cargos. Em relação à economia de recursos, o secretário de Finanças e Orçamento, José Antonio Parimmoschi, afirma que esse percentual coloca Jundiá dentro das orientações da Promotoria do Estado. “A lei exige 20% e ultrapassaremos isso. Com a economia de R\$ 10 milhões por ano, será possível reorganizar as finanças da cidade, já que a dívida herdada por Jundiá é de mais de R\$ 74 milhões. Esse dinheiro será investido em setores primordiais, como a Saúde,

que estão em situação difícil”.

A valorização do quadro de concursados, segundo o especialista em direito constitucional e administrativo, João Jampaolo Jr., é uma premissa da Constituição Brasileira. “O artigo 37, em seu inciso 5º, afirma que, cargos de direção, de chefia e de assessoramento, preferencialmente, devem ser ocupados por servidores de carreira. Para os cargos de primeiro escalão, e esse termo refere-se a secretários e ministros, admite-se que haja contratação em comissão, com pessoa de confiança da área técnica”, explica. Nesse contexto, as reformas administrativas são bem-vindas. “Os servidores de carreira devem ser valorizados até porque são eles que sustentam as administrações nas mudanças de mandato. Não se pode, a cada quatro anos, ter de remontar toda uma administração, acionando pessoas que não conhecem os detalhes da administração pública, totalmente diferente da privada. Existem regras específicas”, detalha.

Para Jampaolo Jr., com a necessidade de redução de cargos comissionados, novos concursos públicos devem ser criados. “As prefeituras não podem ter mais cargos comissionados que servidores de carreira. Há cidades, inclusive em nossa Região, que funcionam com 90% de cargos comissionados. A cada mudança de governo, tudo é paralisado”, comenta.

AUJ

Campo Limpo Paulista também afirma estar adiantada em relação à reforma administrativa. Até a semana passada, a gestão de Dr. Japim Andrade (PROS), segundo a assessoria de imprensa, procedeu com “a contratações de 163 funcionários públicos em cargos comissionados incluindo

secretários municipais, diretores, coordenadores e outras funções. Na antiga administração, a quantidade de cargos comissionados era de 403, número quase três vezes superior ao contratado pela atual administração.”

Segundo ainda o Executivo de Campo Limpo Paulista, o objetivo é alterar a nomenclatura dos cargos criados em gestões passadas e na atual, economizando R\$ 1 milhão por ano aos cofres públicos. Segundo a gestão daquela cidade, o déficit orçamentário herdado é de R\$ 106,6 milhões, o que equivale a mais da metade (58,8%) de todo o orçamento previsto para 2017, que é de R\$ 180 milhões.

Já a Prefeitura de Várzea Paulista prefere não comentar como economizará nesta administração. Segundo nota encaminhada pela assessoria de imprensa do município, o secretário de Gestão Pública, Carlos Teixeira da Silva, afirma que o número total de cargos em comissão será reduzido em pelo menos 30%. Segundo o Executivo, por meio de nota, já havia sido realizada uma redução para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal e mais cortes de comissionados devem ocorrer.

Das cidades que estão com reforma em andamento, março é o mês limite para que o projeto seja votado, conforme apurou a reportagem.

O Executivo de Itupeva também não abriu os dados de como será feita a reforma. Nota encaminhada pela assessoria informa que “as principais mudanças vão abordar o respeito à estrutura administrativa eficiente e a valorização da categoria dos servidores públicos municipais.”

Sem mudanças

Em dezembro de 2015, conforme orientação do Ministério Público, a Prefeitura de

REFORMA ADMINISTRATIVA NO AUJ

- Cidades precisam equalizar contas para caber em orçamento
- Nem todas as administrações já determinaram a quantidade de comissionados que serão cortados. Jundiá reduzirá 135 cargos e economizará R\$ 10 milhões por ano
- Reforma poderá, no futuro, abrir espaço para concursos públicos
- Expectativa é de que, até março, todas as cidades do AUJ, com reforma em andamento, estejam com projeto aprovado na Câmara



Louveira teve que eliminar 174 cargos comissionados. No ano seguinte, 230 foram exonados em dezembro. De acordo com nota encaminhada pela assessoria de imprensa da cidade, “não haverá grandes mudanças, já que o governo é de continuidade. O que pode acontecer, no decorrer do novo mandato, são alterações pontuais, caso haja necessidade de alguma adequação para um

melhor andamento da administração. Atualmente, a Prefeitura de Louveira conta com 75 cargos comissionados.” O ano de 2016, conforme o Executivo, foi encerrado com um saldo positivo de R\$ 31.809.584,21.

Jarinu também não almeja reforma administrativa. De acordo com nota encaminhada pela assessoria, “na Secretaria de Administração Geral de

Jarinu, não houve reforma administrativa no início dessa gestão. A dívida do município está em R\$ 46 milhões, incluindo pagamento de fornecedores, INSS e empenhos que não foram digitados em 2016.” Apesar de solicitada, não foi informada a quantidade de cargos comissionados existente nem se haverá necessidade de redução para enquadrar a dívida no orçamento da cidade.

Escândalo da merenda já registra um ano e ainda não houve punição

Um ano depois de deflagrada a Operação Alba Branca, para apurar desvios e fraudes na compra de suco para merenda escolar em São Paulo, as investigações prosseguem no Ministério Público, sem denúncias ou arquivamento em relação aos contratos com o governo Alckmin (PSDB). Ninguém foi punido até agora.

A Alba Branca veio à público em 19 de janeiro do ano passado, quando membros da Coaf (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar), de onde partiu a investigação, acusaram políticos de receber propina para liberar contratos com o governo e municípios.

Detidos, os então integrantes da Coaf disseram em depoimento que, nos contratos relativos ao Estado (de R\$ 11,4 milhões), a propina foi negociada com ex-assessores do gabinete do presidente da Assembleia Legislativa, Fernando Capez (PSDB). Todos negam participação em crimes. Como a maior parte do dinheiro usado para comprar produtos da agricultura familiar tinha origem federal, a apuração da Alba Branca referente às prefeituras foi para o Ministério Público Federal.

Já a parte referente a Capez ficou com a Procuradoria Geral de Justiça

do Ministério Público de São Paulo, porque ele tem foro especial.

Por correlação, a Procuradoria ficou incumbida de investigar também todos os suspeitos ligados às fraudes nos contratos com Estado, como ex-assessores de Capez, um cunhado dele, ex-membros do governo e um lobista. A última medida da Procuradoria em relação a Capez foi o pedido de quebra de seu sigilo. As informações bancárias, como é usual, levaram meses a chegar e, segundo a reportagem apurou, não revelaram movimentações suspeitas nas contas em nome dele.

Já nas contas de dois ex-assessores do gabinete do deputado, Jéter Pereira e José Merivaldo dos Santos, foram encontrados valores que aparentemente não condizem com os proventos deles. Na de Pereira, por exemplo, havia um depósito em dinheiro de R\$ 34 mil em 2015, de um total de R\$ 122 mil suspeitos. Em contas de Merivaldo são apontadas movimentações estranhas de cerca de R\$ 500 mil em 2015 - boa parte de depósitos em dinheiro. Agora, conforme a reportagem apurou, a investigação deve rastrear o destino do dinheiro após passar por essas contas.

O delator Marcel Ferreira Julio, apontado como lobista da Coaf, afirmou que a propina era negociada e paga aos ex-assessores, mas que parte iria para Capez quitar despesas de sua campanha de 2014.

Entre pessoas ligadas à investigação, já é dada como certa a denúncia à Justiça contra os dois ex-assessores, além do lobista Marcel -que deve usufruir de pouco ou nenhum benefício em função de sua delação, porque não entregou provas que ajudassem.

Se a Procuradoria decidir arquivar o caso em relação a Capez, os ex-assessores e o lobista ganharão tempo, porque todo o processo terá que ser remetido para o Ministério Público Federal -já que não haverá mais ninguém com foro especial. Enquanto isso, Pereira e Merivaldo já foram alvo de sindicância na Assembleia, mas ainda não foram punidos administrativamente. Em tese, podem até ser desligados do serviço público, mas a Casa arrasta uma tomada de decisão há meses. Ainda na Assembleia, o Conselho de Ética arquivou na quarta (8) uma representação contra Capez. Em 15 de março, haverá eleição para o novo presidente da Casa. Capez deve ser substituído por outro tucano, Cauê Macris. (Folhapress)

Samantha Barbosa
Professora de Cultura Inglesa
Tatuapé

**DESCUBRA A CULTURA INGLESA:
VOCÊ ESTUDA COM OS
MELHORES PROFESSORES
SEM PAGAR MAIS CARO POR ISSO.**

**SEM TAXA
DE MATRÍCULA**

**SEM CONTRATO
DE FIDELIDADE**

Para aprender inglês de qualidade, você precisa conhecer a Cultura Inglesa. A Cultura Inglesa investe mais no preparo dos seus professores, que são capacitados e atualizados constantemente no Brasil e no exterior. Porque valorizar o professor é valorizar o aluno.

culturajundiai.com.br

MATRICULE-SE JÁ

Av. Henrique Andres, 770
Jardim Brasil - Jundiá - SP
Tels. (11) 4521 0330 | 4521 4939

**cultura
inglesa**